

PROCESSO - A. I. Nº 232856.0002/06-8
RECORRENTE - RAIMUNDO DE SOUZA SILVA (APOIO RODOVIÁRIO R.S. SILVA)
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 4ª JJF nº 0240-04/06
ORIGEM - INFAZ JEQUIÉ
INTERNET - 28/12/2006

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0491-11/06

EMENTA. ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. Nos termos do art. 156, inciso I do CTN extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito pelo sujeito passivo, ficando, conseqüentemente, também extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV, do artigo 122, do RPAF/99. Recurso **PREJUDICADO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo contribuinte contra Decisão que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração, lavrado em 06/03/2006, no valor de R\$ 64.117,81, em razão das seguintes irregularidades:

1. Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas. ICMS de R\$ 48.762,31 e multa de 70%.
2. Forneceu informações através de arquivo (s) magnético (s) exigido (s) na legislação tributária, requerido mediante intimação, com omissão de operações ou prestações. Multa de 5% no valor de R\$ 13.729,09.
3. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS sem a apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito. ICMS de R\$ 1.486,41 e multa de 60%.
4. Declarou incorretamente dados nas informações econômico-fiscais apresentadas através do DMA (Declaração e Apuração Mensal do ICMS). Multa no valor de R\$ 140,00.

Os membros do primeiro grau, inicialmente, negaram o pedido de diligência formulado pela defesa, haja vista que os elementos constantes dos autos são suficientes para a formação do convencimento dos julgadores, a teor do disposto no RPAF/99.

No mérito, na infração 01, o ICMS decorreu da omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas. As notas fiscais constam às fls. 51 a 119, exercício de 2001, fls. 152 a 231, exercício de 2002, todas capturadas pelo Sistema CFAMT, e foram destinadas ao recorrente, compondo ainda a autuação o demonstrativo analítico às fls. 44 a 50 e 145 a 151 do PAF.

Consoante o disposto no § 4º do artigo 4º da Lei nº 7.014/96, *“O fato de a escrituração indicar saldo credor de caixa, suprimentos a caixa não comprovados ou a manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a existência de entrada de mercadorias não contabilizadas ou de declaração de vendas pelo contribuinte em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção”*.

Portanto a referida presunção é *“juris tantum”*, ou seja, admite prova contrária, cabendo ao contribuinte comprovar a sua improcedência.

Assim, como o recorrente, em sua defesa, não comprovou que as notas fiscais foram devidamente registradas, os membros da primeira instância concluíram que houve omissão de saídas de mercadorias tributáveis, anteriormente realizadas, sem o pagamento do imposto. Ou seja, a alegação da defesa de que as notas fiscais referem-se a bens destinados ao uso e consumo do estabelecimento, como são exemplos de copos, bandejas, bobinas, etiquetas, canudos, garfos, sacos, sacolas, materiais de embalagem, produtos de limpeza, etc, e que não foram destinados à comercialização, não têm relevância para a tipificação do fato gerador ora analisado. Diante disso, mantiveram a infração.

Na infração 02 foi detectado que o contribuinte forneceu informações através de arquivos magnéticos exigidos na legislação tributária, com omissão de operações ou prestações, sendo aplicada a multa de 5% sobre as diferenças de dados divergentes entre os arquivos magnéticos e o Registro de Entradas e o Registro de Saídas.

Verificaram que o autuante ao constatar divergências entre os arquivos magnéticos e os livros fiscais, intimou o contribuinte para corrigi-los, concedendo-lhe o prazo de 30 dias, em conformidade com a legislação em vigência. Assim, conforme ressaltado pelo autuante, a empresa foi intimada em 18/01/06 (fl. 13) para apresentar os arquivos magnéticos tendo sido indicado:

A apresentação do referido arquivo com falta do registro, março de 2001;

A apresentação do referido arquivo com divergências de informações com relação aos livros e documentos fiscais, conforme demonstrativo anexo;

A apresentação do referido arquivo com omissão de informações contidas em livros e documentos fiscais, conforme demonstrativo anexo;

A apresentação do referido arquivo com irregularidades, conforme demonstrativo anexo.

Os arquivos magnéticos corrigidos foram transmitidos em 22/02/2006, e persistiram divergências entre eles e os dados constantes no livro Registro de Entradas de Mercadorias, o que caracteriza o cometimento da infração.

Frisaram que a multa aplicada está tipificada no art. 42, inciso XIII-A alínea “f”, da Lei nº 7.014/96, e, portanto, a Infração foi mantida.

A infração 3 decorreu da utilização indevida de crédito fiscal de ICMS sem a apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito.

No curso da fiscalização foram apresentadas as Notas Fiscais nºs 75453 e 78987, indevidamente lançadas no Auto de Infração, comprovando a regularidade da escrita fiscal, fato inclusive acatado pelo autuante que as excluiu, apresentando novo demonstrativo de débito.

A infração 04 não foi contestada pelo sujeito passivo.

Ante o exposto, acordaram pela Procedência em Parte do Auto de Infração.

Insatisfeito com a referida Decisão o recorrente interpôs Recurso Voluntário no qual alega em suas razões:

Preliminarmente, pugna pela nulidade da infração 01, em razão da mesma estar capitulada de forma equivocada, pois não contém elementos que estabeleçam com certeza a infração cometida, bem como pelo indeferimento da diligência fiscal solicitada.

No que pertine à infração 01, que as mercadorias não registradas ou são destinadas ao uso e consumo do estabelecimento ou são tributadas pela substituição tributária, e, portanto, não são tributadas, pois já o foram ou não são destinadas à comercialização e que, diante disso, não podem ser objeto de presunção de omissão de saídas.

Alega que a sua conduta tão-somente poderia ensejar em aplicação de multa. Pugna pela nulidade da infração, ou subsidiariamente pela sua conversão em multa.

Quanto à infração 02, alega que as omissões foram baseadas exclusivamente nas informações geradas na segunda oportunidade, quando o Recorrente foi intimado para sanar pequenas divergências entre os arquivos magnéticos e os livros fiscais.

Aduz que ao tentar realizar a correção solicitada acabou agravando a situação, distorcendo todas as informações anteriormente geradas e já fornecidas à fiscalização, inclusive aquelas que estavam completamente corretas.

Portanto, como a infração formal não resultou em falta de recolhimento de imposto, requer a juntada posterior dos arquivos magnéticos corrigidos, com a subsequente diligência fiscal para analisá-los. Na hipótese de ineficaz a diligência solicitada, requer que a infração 02 fundamente-se apenas nos dados constantes na primeira requisição.

Em Parecer do representante da PGE/PROFIS foi emitida opinião pelo Improvimento do Recurso Voluntário.

Fundamenta seu entendimento no argumento que a infração 01 deriva do simples fato de entradas de mercadorias não registradas, o qual presume a omissão de saídas anteriores realizadas sem o pagamento de imposto.

Outrossim, sustenta que não cabe razão ao recorrente, pois lhe foi dada oportunidade para correção dos erros, os quais permaneceram. Portanto, a penalidade é cabida, porque expressamente prevista na legislação.

Às folhas 494, consta relatório de pagamento realizado, sob o benefício legal, no valor de R\$54.373,16.

VOTO

Após a análise dos autos, verifico que o pagamento efetuado pelo contribuinte à fl. 494 do PAF põe fim a qualquer discussão a respeito do Auto de Infração, uma vez que extingue o respectivo crédito tributário na forma do art. 156, I do CTN.

Assim, voto para considerar PREJUDICADO o Recurso Voluntário, e, conseqüentemente, julgar pela EXTINÇÃO do presente Auto de Infração em razão do pagamento efetuado, conforme art. 122, I do RPAF.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº **232856.0002/06-8**, lavrado contra **RAIMUNDO DE SOUZA SILVA (APOIO RODOVIÁRIO R.S. SILVA)**, devendo ocorrer a remessa dos autos à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de dezembro de 2006.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

MARCOS ROGÉRIO LYRIO PIMENTA – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR - REPR. DA PGE/PROFIS